

## AS MEDIDAS DA POLÍTICA COMERCIAL E O INCENTIVO DA PRODUÇÃO NO SETOR DE CARNE DE FRANGO NO MERCADO MOÇAMBICANO NO PERÍODO 2010-2020

Rodrigues Almeida Simbine<sup>1</sup>, Odibar João Lampião<sup>2</sup>, Albino Alves Simione<sup>3</sup>

**Resumo:** Este estudo buscou refletir sobre o uso de medidas da política comercial como mecanismo visando o aumento da produção no setor de carne de frango em Moçambique. Fundamentou-se numa abordagem qualitativa com cunho descritivo. Apoiou-se igualmente na pesquisa bibliográfica, pretendendo apresentar a relevância da utilização das barreiras tarifárias e não-tarifárias pelos governos como instrumentos de política comercial para restringirem a concorrência de produtos importados face aos localmente produzidos, e sistematizar o percurso das experiências nacionais de produção no setor entre 2010-2020. Os resultados indicam uma atuação do governo e empresas produtoras proporcionando um crescimento da produção dessa proteína, cobrindo 73% da demanda interna correspondentes a 90,4 mil toneladas no último ano considerado no estudo. Apesar disso, existem potencialidades ainda pouco exploradas, capazes de melhor estruturar o mercado nacional e reduzir os índices de importação e frear o contrabando, fatores que interferem na competitividade e rápido desenvolvimento do setor.

**Palavras-chave:** Barreiras comerciais, Carne de frango, Potencialidades, Competitividade.

## TRADE POLICY MEASURES AND PRODUCTION INCENTIVE IN THE CHICKEN MEAT SECTOR IN THE MOZAMBICAN MARKET FROM 2010-2020

**Abstract:** This study sought to reflect on the use of trade policy as a mechanism to increase production in the chicken meat sector in Mozambique. The study has a qualitative and descriptive nature supported by bibliographical research, in order to present the relevance of the use of tariff and non-tariff barriers by governments as trade policy instruments to reduce the competition of imported products compared to locally produced ones, and systematize the national production experiences in the sector from 2010-2020. The results indicate the performance of the government and producing companies providing a growth in the production of

- 
- 1 Mestre em Finanças Empresariais pelo Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza Mutini (ISGEGM), Docente do ISGEGM.
  - 2 Doutorando em Administração na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Técnico do Ministério da Administração Estatal e Função Pública (MAEFP).
  - 3 Doutor em Administração, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Instituto Superior Politécnico de Gaza (ISPG) e Universidade Save (UniSave).

---

-- ARTIGO RECEBIDO EM 13/07/2021. ACEITO EM 02/03/2022. --

this protein, covering 73% of the internal demand, corresponding to 90.4 thousand tons in the last year studied. Despite that, there are still little explored potentials, capable of better structuring the national market and reducing import rates and curbing smuggling, factors that affect the competitiveness and rapid development of the sector.

**Keywords:** Trade barriers, Chicken meat, Potentials, Competitiveness.

## 1. Introdução

Diante do cenário de comércio internacional caracterizado pela ascensão à escala mundial da onda integracionista dos mercados, tem sido frequente os diferentes governos nacionais pautarem pela adoção de várias políticas, programas, estratégias, e ações governamentais que se pretendem consentâneas com os esforços visando assegurar a sustentação da sua produção local, assim como a criação de condições para promover a maior competitividade do mercado e de suas empresas domésticas (VIEGAS, 2003; D'ELIA, 2007; MORÃO, 2014).

Um exemplo da aplicação desse tipo de medidas pode ser observado no setor de produção de proteína de carne de frango. Os países utilizam barreiras tarifárias e não tarifárias com a finalidade de impedirem a entrada de produtos de origem estrangeira nos mercados nacionais, o que denota tensões e problemas característicos da participação no mercado internacional dado às limitações que impõem ao comércio internacional. Eles devem lidar com as restrições técnicas e sanitárias impostas pelos países importadores que, de certo modo, impedem a competitividade do setor. Os países, enfrentam, igualmente, situações relacionadas com o aparecimento de práticas comerciais desleais que tendem a comprometer tanto a produtividade quanto o bom desempenho dos empreendimentos que são implantados e respetivos negócios. Esses problemas, têm levado muitos projetos do ramo à condição de fracasso.

Assim vistos, os problemas resultantes do processo de integração dos mercados bem como os seus efeitos sugerem pelo menos do ponto de vista acadêmico, a necessidade de aprimoramento não só das perspectivas teóricas em uso, como também a produção de avaliações práticas que possibilitem a sistematização de conhecimentos sobre o desempenho do setor de produção de frango, dando maior atenção à realidade de cada país. Para tanto, tais abordagens devem ser capazes de explicitar que medidas políticas têm sido adotadas e evidenciar a dinâmica que elas propiciam aos investimentos ou negócios implantados e os impactos gerados na economia.

Especificamente, ao se abordar a política comercial é importante destacar que os diferentes países utilizam como mecanismo de proteção do mercado as barreiras comerciais tarifárias e não-tarifárias (CORRÊA, GOMES e LIMA, 2015, p. 148). As barreiras tarifárias são compreendidas na literatura como tarifas pagas pelos serviços prestados ou taxas cobradas geralmente na forma de tributos decorrentes da atuação estatal diretamente dirigida ao contribuinte, quer pelo exercício do poder de polícia, quer pela prestação efetiva ou potencial de um serviço público.

Portanto, os pagamentos tarifários devem ocorrer sempre quando um bem é importado por um país (VIEGAS, 2003). As tarifas são ditas específicas – quando um

valor fixo é cobrado por unidade do bem importado; *ad valorem* – quando são cobradas como uma fração do bem importado; e mistas – quando ocorrem as duas coisas ao mesmo tempo. Não obstante, em todos os casos, o efeito dessas tarifas é aumentar o custo dos bens importados no país. Além disso, pode-se compreender que a finalidade desse tipo de medidas é estimular também o crescimento das economias, particularmente em países em desenvolvimento como Moçambique.

Vale ressaltar, que a queda substancial das tarifas no comércio internacional devido ao resultado das negociações do GATT/OMC ao mesmo tempo gera efeitos na imposição de barreiras não-tarifárias. O que se tem é que, por estarem constrangidos pelos acordos a não aumentar tarifas, os países passaram a utilizar cada vez mais barreiras não-tarifárias no lugar de tarifas como medidas de proteção comercial. Apesar de não possuírem uma definição precisa, por as barreiras não-tarifárias entende-se ser qualquer lei, regulamento, prática ou política governamental que proteja os produtores de um país contra a competição externa, portanto, medidas e instrumentos de política econômica que imponham obstáculos ao fluxo normal de importações ou estimulem artificialmente as exportações de um bem ou produto específico (MORÃO, 2014).

Dado que as barreiras ao comércio aparecem como instrumentos de política econômica amplamente usadas por vários governos no mundo inteiro, existe a compreensão de que no contexto de Moçambique elas deveriam ser utilizadas para proteger a emergente indústria nacional da concorrência de produtos de origem estrangeira que são trazidos e comercializados no mercado nacional, como é o caso da carne de frango. Como é salientado por Holanda Filho (1998), as barreiras comerciais devem ser impostas pelos países como forma de garantir um produto com as especificações desejadas, mas também como forma de proteger o produtor e impulsionar a produção interna, e sendo assim, elas deveriam ser utilizadas no intuito de operarem como instrumento de autodefesa do mercado interno e incentivo ao crescimento da economia.

Ressalta-se que a economia moçambicana se caracteriza como estruturalmente dependente de importações (ABREU, 2007), com destaque para produtos essenciais de consumo primários e voltadas a suprir as necessidades básicas da população. Assim vista, ela tende a posicionar-se como potencialmente vulnerável à ocorrência de choques sempre que sucede um significativo abrandamento das barreiras tarifárias e não tarifárias.

Adota-se como pressuposto do estudo que com a utilização de medidas de proteção do mercado interno inseridas, portanto, num contexto de promoção de política voltada a estimular o rápido desenvolvimento do setor de produção de carne de frango em Moçambique, por um lado, seria possível ampliar a capacidade de resposta da demanda crescente pelo produto. E, por outro lado, esse incentivo propiciaria a exploração do potencial existente nesse setor ao nível do país assegurando, desta feita, o surgimento de novos investimentos em setores específicos da cadeia de produção dessa proteína.

O que se tem é que as barreiras comerciais em Moçambique ao invés de operarem como um verdadeiro instrumento da política comercial voltada a assegurar a proteção da indústria nacional, assim como a realização da atividade comercial que assegure efetivamente o consumo de produtos e serviços produzidos no mercado interno, elas tendem maioritariamente a operar como modestas políticas cuja vinculação se estabelece

no âmbito do cumprimento formal da ratificação dos acordados estabelecidos ao nível das agências internacionais como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e organismos regionais como a Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral (SADC).

O objetivo do estudo foi refletir sobre o uso de medidas da política comercial como mecanismo visando o aumento da produção no setor de carne de frango em Moçambique. Considerou-se que apesar das vantagens proporcionadas pela participação dos Estados no comércio internacional em que posturas marcadamente protecionistas são criticadas, Moçambique deve buscar proteger seus setores menos competitivos internacionalmente como é o caso de carne de frango, com o intuito de evitar que este seja dominado pelas importações. Ao nível nacional é um setor incipiente com custos significativos resultantes da necessidade de obtenção no mercado externo de grande parte dos insumos e rações.

Neste trabalho realizou-se uma revisão de literatura sobre as principais concepções teórico-conceituais relativas à temática, por meio das quais pretendeu-se apresentar os aspetos principais relacionados a forma como as barreiras comerciais constituem-se num instrumento que favorece o desenvolvimento e sustentação dos investimentos, analisando-as à luz da realidade moçambicana. Para tanto, na pesquisa empreendida tomou-se como base, resultados de trabalhos anteriores que focalizaram a discussão sobre a capacidade interna e desempenho do setor de produção de carne de frango no país.

A contribuição do trabalho está no aprofundamento do conhecimento já existente relativo a como têm funcionado os instrumentos de política comercial e sistematização das principais experiências de produção dessa proteína na última década. Importa realçar, que o governo moçambicano prioriza a formação e crescimento de uma indústria nacional eficaz e capacitada para reduzir, a médio prazo, os elevados índices de importação de frango proveniente do mercado externo, principalmente, de países como Brasil, África do Sul e Malawi. Nesse contexto, a pesquisa pretende reduzir a lacuna existente e incrementar a literatura nacional sobre a temática, visto que são ainda escassos trabalhos que exploram a perspectiva da política comercial e suas repercussões para deslindar a conjuntura que caracteriza o setor de produção de carne de frango na realidade moçambicana.

O artigo é constituído fundamentalmente por cinco partes iniciando por esta introdução. A próxima apresenta uma digressão conceitual fundada nos instrumentos de políticas comerciais e os seus desenvolvimentos recentes ao nível internacional, no intuito de ampliar a compreensão sobre a possibilidade de sua possível utilização para a sustentação da produção interna, no caso da proteína de carne de frango. Na sequência, a terceira parte é destinada à apresentação dos procedimentos metodológicos que foram adotados na construção da pesquisa.

A quarta parte do estudo dedica-se a abordar os resultados incidindo sobre as três dimensões nas quais o trabalho se fundamentou. Inicialmente aborda-se a capacidade interna de produção nacional da carne frango com vista a substituição das importações, e em seguida as potencialidades e autossuficiência do setor como possibilidades para a efetiva satisfação da demanda interna. Adiante, apresenta-se as medidas de política comercial e competitividade do frango nacional face às limitações que caracterizam o funcionamento do setor. Por fim, na quinta parte são tecidas algumas conclusões principais e avançados possíveis desdobramentos analíticos para pesquisas futuras.

## 2. As Barreiras Tarifárias como Instrumento de Política Comercial: uma Revisão Conceitual

As barreiras tarifárias são aquelas criadas pela incidência de tarifas sob produtos e envolvem questões como impostos de importação ou exportação, quotas, racionamento de divisas, proibições e subsídios.

Vários autores como (CAMPOS, 2013; CORRÊA, GOMES e LIMA, 2015) apontam as barreiras tarifárias como sendo o instrumento mais antigo e mais simples de política comercial que consiste em um imposto de importação. Eles afirmam ainda que a tarifa pode ser cobrada de duas formas: *a*) tarifa específica – quando para cada unidade de um bem importado é cobrado um valor fixo; *b*) tarifa *ad valorem* – quando é cobrado um percentual do valor dos bens importados.

Em sua argumentação, Campos (2013) explicita ainda que as duas tarifas citadas anteriormente mostram-se diferentes no que concerne à forma de sua aplicação, podendo ainda representar uma tarifa mista ou composta, quando ela abrange ao mesmo tempo tarifas específica e *ad valorem*. Com relação ao *status* legal, a tarifa se diferencia de duas formas: a consolidada e aplicada.

A tarifa consolidada (*bound tariff*) possui o chamado teto tarifário (*ceilingbinding*), ou seja, um limite máximo que é fixado para uma transação comercial e, desse modo, uma tarifa aplicada não pode ser superior ao teto estabelecido pela consolidada. A tarifa aplicada é a taxa efetivamente cobrada para a entrada de produtos no mercado doméstico, podendo ser inferior à tarifa consolidada.

No entendimento de Feil (2016) as tarifas têm como função principal elevar os preços dos produtos que são importados no mercado interno, visando proteger os setores e alavancar as receitas. O autor assevera que elas surgiram com o intuito de regulamentar as negociações, de modo que ambas partes possam obter benefícios em suas transações, com implicações e dificuldades decorrentes para manter o mercado interno.

Ainda sobre a discussão relativa às barreiras tarifárias, importa referir o papel desempenhado pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) assinado em 1947 por 23 países durante a Rodada de negociações de Genebra. Rizzotto e Azevedo (2019) comentam que ele possuía um carácter provisório e teve uma participação ativa dos países desenvolvidos nas decisões, tendo os países em desenvolvimento ficado distantes das mesmas. O acordo tinha como objetivo diminuir as barreiras comerciais e garantir um acesso mais equitativo aos mercados. Mais adiante, incorporou diretrizes sobre medidas não-tarifárias conforme as tarifas foram sendo reduzidas.

Por sua vez, Assis, Oliveira e Carvalho (2018) esclarecem que por meio do acordo os países dispunham-se à promoção da liberalização comercial, e estabeleceram que os países poderiam aplicar uma outra tarifa cuja cláusula foi designada de Nação Mais Favorecida (NMF), que determinava uma posição não discriminatória do comércio internacional. Campos (2013) alega que, nele ficou igualmente instituído que qualquer país deve receber tratamento igual e pagar a mesma tarifa para inserção de determinada mercadoria no mercado externo, exceto nos casos em que a exportação seja para um país do mesmo bloco econômico que mediante os seus acordos, a tarifa pode ser reduzida ou mesmo zerada.

Assis, Oliveira e Carvalho (2018) asseveram também que a nova conjuntura global possibilitada pelo fim da guerra fria em 1989 proporcionou no limiar da década de noventa no âmbito da Rodada de Uruguai (1986-1993), precisamente em 1994 o estabelecimento de novos canais permanentes de relacionamento multilateral no comércio internacional com a institucionalização da Organização Mundial do Comércio (OMC) cuja função tem sido até hoje a de administrar e facilitar o sistema multilateral do comércio internacional, garantindo a negociação de acordos comerciais e resolução de disputas comerciais entre os governos operando um sistema de regras comerciais globais.

Eles assinalam que a OMC substituiu o GATT incorporando e reforçando os seus princípios sobre o comércio de bens e todos os demais acordos anteriores. É de se destacar além disso, que diferentemente do GATT a OMC também vem se impondo com relação às discussões sobre o protecionismo e a redução das barreiras comerciais dos produtos industriais, sobretudo os bens provenientes dos países em desenvolvimento (PED's) e dos países menos desenvolvidos (PMD's), relativamente aos países desenvolvidos (PD's) incluindo serviços ao aperfeiçoamento do acordo de investimentos e políticas de competição, revisão da política *antidumping*.

Apesar de a literatura assinalar limitações do GATT e da OMC quanto à efetiva liberalização do comércio multilateral por diferentes motivações e interesses econômicos defendidos pelos Estados-membros, bem como as dificuldades em concluir acordos sobre questões sensíveis, como avançar na elaboração de disciplinas comerciais e equilibrar muitas vantagens (ASSIS, OLIVEIRA e CARVALHO, 2018, p. 51-52), vários de seus postulados principais acerca do uso das barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, têm sido implementados.

É destacado que face a esse conjunto de dificuldades proliferaram iniciativas que se tornaram mais comuns no início do século XXI, os chamados Acordos Preferenciais de Comércio (APC's) que são acordos recíprocos, realizados entre grupos específicos e com caráter preferencial. Esses acordos, por sua vez, são classificados em Áreas de Livre Comércio (ALC)s; Uniões Aduaneiras (UA)'s; Acordos de Integração Econômica (AIE) e Acordos de Alcance Parcial (AAP).

Tudo visto, pode-se depreender que independentemente da maneira como são aplicadas as tarifas, os objetivos são angariar renda para o governo e principalmente, proteger determinados setores domésticos, uma vez que a tarifa tem como um de seus efeitos principais no mercado interno, aumentar o custo de compra de bens produzidos no estrangeiro. Em outras palavras, como afirmam Corrêa, Gomes e Lima (2015) as tarifas encarecem as importações e, assim, operam tendo em vista a assegurar a proteção dos produtores nacionais dos preços baixos que enfrentariam com a concorrência externa.

Tomando em consideração a abordagem conceitual posta anteriormente, é legítimo se afirmar que o enfoque que tem vindo a ser dado pelo governo em Moçambique relativamente ao investimento nacional com a finalidade de reduzir a concorrência (em certa medida desleal) encontra respaldo nos acordos estabelecidos entre os países membros e nos termos da OMC. É importante lembrar, que essencialmente, no quadro dos referidos acordos se propõe que se encare, pelo menos do ponto de vista teórico, que a aplicação de

políticas comerciais poderá reduzir o fluxo de produtos importados que interferem de forma negativa a produção nacional.

Historicamente, sobretudo, depois de 1975 a economia de Moçambique tem seguido um paradigma dual caracterizado por dois posicionamentos: protecionista e liberal. O primeiro foi amplamente determinado pela necessidade de defesa do mercado interno em face das políticas derivadas do regime socialista que tinha como preocupação a industrialização e acumulação de capital pela via do fortalecimento do setor agrícola. O segundo consistia na substituição de importações e na necessidade de equilibrar os termos de troca entre os PD's e os PMD's dado entender-se que os mesmos eram desfavoráveis aos últimos (MUENDANE, 2020).

Essa última é uma compreensão que tem orientado o setor de produção de frango no país nas últimas décadas como alternativa viável para o desenvolvimento da indústria nacional e uma resposta à necessidade de reduzir a dependência externa para suprir a demanda desse produto. Nesse contexto, pode-se perceber que no país, medidas tarifárias têm sido aplicadas com o propósito de influenciar a redução de importação de produtos concorrentes.

Enfim, uma descrição mais aprofundada que elucida sobre a conjuntura e a dinâmica que caracterizam a produção nacional no setor de carne de frango será apresentada adiante.

### **3. Os Procedimentos Metodológicos**

De acordo com os fins a que destinou, este trabalho classifica-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa visto que a problemática levantada se orientou por uma investigação de cunho interpretativo (GIL, 2008). A reflexão efetuada teve como preocupação central expor as interfaces da política comercial e produção de carne de frango em Moçambique e ilustrar as diferentes manifestações do objeto investigado. Para tanto, tomou-se em consideração, as dinâmicas que conformam os processos e as práticas que se tem constituído no âmbito da implementação dos projetos de produção de proteína de carne de frango, na realidade moçambicana.

Para a operacionalização da pesquisa privilegiou-se a pesquisa bibliográfica, especialmente de estudos anteriores sobre a temática e realizada seguindo em duas vertentes consideradas como alinhadas aos propósitos definidos para o estudo. Para obter os artigos que foram utilizados no estudo foi realizado um levantamento nos bancos eletrónicos da *Scielo* e *Google Acadêmico*.

Num primeiro momento a pesquisa bibliográfica foi utilizada basicamente para delimitar o aporte conceitual e revisar as concepções que fundamentaram o estudo, conforme apresentado na seção anterior deste trabalho com a finalidade de nortear a argumentação referente a relevância do uso das barreiras comerciais para incentivar a produção interna em um determinado setor. Num segundo momento ela foi aplicada como fonte secundária de dados e serviu para coletar informações de pesquisas antecedentes detidas a abordar a realidade de Moçambique (NICOLAU, BORGES e SOUZA, 2011; FAO, 2013; OLIVEIRA, PIVOTO, SPANHOL e CORTE, 2015; OPPEWAL, CRUZ e NHABINDE,

2016; BAH e GAJIGO, 2019; SIMBINE, 2020; JANEQUE, COSTA e SANTANA, 2021).

O levantamento dos trabalhos incidu sobre um recorte delimitado no período de 2010-2020, sendo que eles foram considerados por se julgar que corroboram para o entendimento da abordagem seguida, uma vez que permitiram ter acesso a dados oficiais de instituições governamentais consideradas importantes para a compreensão e aprofundamento do problema investigado, são os casos do Instituto Nacional de Estatística (INE), Ministério da Economia e Finanças (MEF), Ministério da Indústria e Comércio (MIC). Além disso, foram selecionados igualmente por mencionarem informações cuja obtenção se mostrou impraticável por outras fontes e assim desvelar aspetos novos sobre a temática.

Para refletir sobre o uso de medidas da política comercial como mecanismo visando o aumento da produção no setor de carne de frango em Moçambique, foram consideradas três dimensões analíticas, nomeadamente: *i*) a capacidade de produção de carne de frango; *ii*) as potencialidades e autossuficiência do setor; e *iii*) as medidas de política comercial e competitividade. Com o enfoque nessas dimensões, buscou-se essencialmente identificar tanto nos materiais já publicados quanto nos documentos institucionais disponíveis o conjunto de dados que indicassem os níveis de crescimento da produção que têm sido alcançados, mas também o potencial que o país possui para estruturar e fortalecer a cadeia do setor e dessa forma reduzir as importações com base na adoção de políticas tarifais favoráveis a constituição de uma indústria nacional cada vez mais robusta e competitiva.

No processo de análise empreendeu-se a leitura e crítica dos trabalhos selecionados previamente publicados, por meio do método de análise de seu conteúdo. De acordo com Bardin (2004), a análise de conteúdo é aplicável a fontes de dados secundários mediante procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das informações que são obtidas, possibilitando a interpretação e a inferência de conhecimentos relativos às condições e sentido das mesmas. Na visão de Mozzato e Grzybovski (2011) argumentam que ela consiste numa técnica que se ocupa no exame de dados recolhidos em uma investigação específica podendo representar análise de textos que informam os assuntos ou aspetos que estão diretamente relacionados com o problema que é investigado.

Fundamentalmente, a análise de conteúdo desenvolvida se destinou a encontrar significados dentro do conjunto de informações selecionadas e que ajudassem na descrição e interpretação dos dados qualitativos que foram obtidos. Em suma, a opção pelos caminhos investigativos anteriormente mencionados, justifica-se pelo fato de terem-se mostrado adequados ao objetivo proposto, visto que possibilitaram a recolha de informações relevantes que ajudaram na resposta ao problema de estudo que foi apresentado.

## **4. Resultados e Discussão**

### **4.1 A Capacidade de Produção de Carne de Frango em Moçambique**

No que diz respeito à dimensão referente a capacidade de produção nacional de carne de frango, tencionava-se desvelar qual é a capacidade que o setor possui para assegurar a



resposta à demanda desse produto ao nível do mercado nacional. Para tanto, optou-se, por apresentar inicialmente um brevíssimo panorama que ilustra a conjuntura em que se insere a problemática levantada.

Moçambique é um país com uma superfície de 786 380 quilômetros quadrados e sua extensão territorial de norte a sul é de quase 2.000 quilômetros, com uma população de quase 28 milhões de habitantes crescendo a uma taxa de 2,8% (INE, 2019). Na sua divisão administrativa as regiões sul e norte possuem três províncias cada e a região centro tem quatro províncias. Ao todo, as províncias são compostas por 154 distritos que são maioritariamente de características rurais e por 53 municípios em unidades territoriais urbanas.

Parte significativa da população 46,1% continua ainda a viver na pobreza e 60,7% das pessoas vive com menos de USD 1,25 por dia. Em 2011, o governo se propôs a reduzir a incidência da pobreza para níveis de até 42% em 2014 após a implementação do Plano de Ação de Redução da Pobreza (PARP). Na última década a população cresceu 35%, sendo que a que habita as regiões urbanas tem crescido um pouco mais rápido do que aquela das regiões rurais.

Trata-se de um Estado que possui estruturas econômicas ainda não consolidadas, e conforme destacado por Wuyts (2016, p. 100) a produção nacional de alimentos tem sido muito variável, com baixos níveis de crescimento geral da produção. O crescimento da produção de alimentos alcançou 2,2% ao ano (o que é reduzido quando comparado ao crescimento da população que é  $\pm 2,5\%$  ao ano). Em meio a esse cenário, a grande maioria de produtos alimentares básicos comercializados internamente com destaque para (arroz, enlatados, farinhas, carnes, leite), são importados. A persistência de uma economia estruturalmente dependente de importações durante a última década, resultou em parte, também da situação das exportações menos favorável (com saldo da balança de pagamentos de -39,9% do PIB) marcada por perdas importantes (BANCO MUNDIAL, 2017).

Do exposto, pode-se afirmar, em termos gerais, que conjuntamente, o crescimento das taxas relativas ao aumento populacional, a tendência de urbanização e a mudança nos padrões de consumo, descritas no parágrafo anterior sugerem um incremento das necessidades de bens e produtos de consumo que tenderá a registrar aumentos significativos a cada ano no país. Nessa ótica, os aumentos dessas taxas produzem implicações importantes na economia nacional, e Moçambique prosseguirá no enfrentamento dos desafios para equilibrar a demanda de consumo com a capacidade de produção atualmente existente.

Quanto aos resultados referentes à capacidade nacional de produção de carne de frango, salienta-se que ela é calculada a partir da estimação da quantidade produção de pintos. Sobre isso, Bah e Gajigo (2019) mencionam que a capacidade nacional instalada é de aproximadamente 46,5 milhões de pintos de um dia por ano, sendo que sobre ela existe uma taxa de utilização de 90% entre as principais empresas produtoras.

Cinco principais incubadoras localizados na região sul em Maputo concentram a maior capacidade destacando-se – a *TM Holding Company*, a *Manmart e Kharafa*, *Higest*, *Moz Pintos*, *Irvines* com uma produção mensal de 134.000 pintos; uma incubadora localizada na região central em Manica – a *Abílio Antunes*; e por fim, mais uma incubadora

localizada na região norte do país em Nampula – representada pela *Novos Horizontes* que fornece 40.000 pintos por semana. Sobre a destinação da produção realizada por essas empresas, Oppewal, Cruz e Nhabinde (2016) apontam que na região sul do país mais de 83% dos pintos produzidos são utilizados por comerciantes informais de frango vivo, que são trabalhadores que não possuem registro e suas atividades empreendedoras no setor são desenvolvidas de forma precária e à margem das obrigações fiscais, enquanto nas regiões centro e norte apenas 45% é destinado para a produção de frangos vivos.

A capacidade de produção de frango em 2005 era de 5.000 toneladas, menos de 10% da necessidade do mercado interno. A partir de 2006 e 2007 inicia-se um aumento considerável na produção do setor avícola impulsionada por diferentes fatores (MEF, 2016). Destaca-se o aumento da capacidade de incubação na região norte, o estabelecimento de novas empresas de incubação na região sul e apoio do governo no desenvolvimento da produção doméstica de frango, por meio de controle das importações e oferta de financiamento como que mais influenciaram no referido crescimento.

Como é salientado pela FAO (2013) em 2011 a produção nacional de carne de frango alcançou as 40,503 toneladas, das quais 12,680 toneladas derivaram do setor familiar de pequenos produtores, somadas às 27,717 toneladas do setor privado e 96 toneladas do setor cooperativo. É importante destacar a tendência de crescimento da produção interna da proteína de carne de frango nos anos subsequentes.

Quanto a isso, Oppewal, Cruz e Nhabinde (2016) evidenciam que em 2015 a produção alcançou 62,4 mil toneladas, distribuídas por 16.600 toneladas (frango abatido) e 45,790 toneladas (frango vivo), sendo que nesse período as importações atingiram 28,000 toneladas por ano, totalizando um mercado de 90,4 mil toneladas por ano. Portanto, nessa época o país passou a ter 69% na sua capacidade de produção em relação à demanda de carne de frango, sendo que ano de 2019 foi alcançada uma autossuficiência estimada em 73% das necessidades de consumo.

Os resultados indicam ainda que o aumento da capacidade de produção da proteína sucede mediante a operação de grandes empreendimentos que atuam em todo o circuito da cadeia de avicultura em Moçambique. A *Higest*, *Abílio Antunes* e *Novos Horizontes* são as três principais empresas que mais contribuíram para o alcance das cifras de produção de carne de frango mencionadas anteriormente.

Importa ressaltar conforme Simbine (2020) que essas empresas registraram um desenvolvimento nos seus negócios, com implicações diretas na disponibilidade do frango de corte no mercado nacional, assim como na relativa estabilidade dos preços finais para o consumidor. O seu contributo para o incremento da produção nacional do setor ocorre à medida que os investimentos planejados vão sendo concretizados, tanto para as chamadas unidades de produção de frango quanto para o seu processamento ao nível das unidades destinadas ao corte.

O crescimento da produção é igualmente justificado pela implantação de novos empreendimentos na região sul (criação da empresa *Tongasse* na Província de Gaza) nos finais da última década. Simbine (2020) destaca que a *Tongasse* iniciou a sua operação em 2017 com um número reduzido de aviários (granjas), com uma capacidade de processar

12.000 frangos a cada período de trabalho, ou seja, 36.000 por dia. Atualmente o mesmo está em condições de processar até 20.000 em cada período. De 2017 a 2020, ao nível da sua estrutura de operação da empresa, o número de aviários foi incrementado o que permitiu que fosse melhorada a produção do frango e de ovos. Como efeito disso houve uma relativa estabilização dos preços que são praticados pelos principais revendedores formais e informais estabelecidos na região de Gaza.

O quadro de melhoramento da estrutura de produção descrito anteriormente foi igualmente observado ao nível da empresa implantada na região central, a *Abílio Antunes* na Província de Manica contribuindo sobremaneira para a tendência de crescimento da produção da proteína. Atualmente os aviários da empresa ocupam uma área de mais de 15Km de áreas de extensão. Essa empresa fornece a carne de frango a toda a região centro do país incluído os megaprojetos do setor de mineração na vizinha Província em Tete, que além de serem exigentes em termos de qualidade demandam quantidades industriais de frango e com fornecimento permanente.

Com o referido melhoramento foi possível assegurar a satisfação da demanda e eliminar a importação do frango da África do Sul para suprir o consumo região. Sobre o referido desenvolvimento, Oppewal, Cruz e Nhabinde (2016) enfatizam que a empresa *Abílio Antunes* conseguiu crescer gradualmente e melhor se estruturar dado opera num ambiente relativamente isolado dos demais empreendimentos avícolas do país, o que a tem forçado a investir em toda a cadeia de produção, como é o caso, por exemplo, da extração do óleo bruto de soja. Essas condições do mercado têm permitido alcançar uma escala e predominância e adquirir alguma competitividade.

Portanto, para assegurar a produção de carne de frango *vis-à-vis* a satisfação da demanda que se tem registrado no mercado nacional, a criação de capacidade de produção em Moçambique compreende a duas vertentes. Uma primeira tem a ver com exploração gradual do potencial de incubação de pintos de um dia ao nível interno, e a segunda fundamentada pela implantação de grandes empreendimentos de avicultura distribuídos pelas três regiões do país, sul central e norte.

Nessa senda, percebe-se que a elevação da capacidade de produção da proteína de carne de frango no país vem retirando a pressão e a concentração da disponibilidade do produto, permitindo reduzir a antiga dependência de Moçambique do frango proveniente dos países vizinhos (África do Sul e Malawi) e do Brasil. Além disso, outra compreensão é de que os empreendimentos nacionais possibilitam a ampliação da oferta interna de produtos derivados e capacitação destes para concorrerem com os similares importados.

Seguindo as tendências no crescimento dos volumes de produção da carne de frango alcançados no mercado interno até 2019, é possível perceber de acordo com Simbine (2020) que os mesmos tendem a estar alinhados aos objetivos estratégicos e de médio prazo definidos para o setor pelo governo como prioridade. Em outras palavras, em termos reais, apesar de se caracterizar como uma indústria emergente e ainda em franco desenvolvimento, a produção interna alcançada tem concorrido para assegurar a missão de “produzir frango para toda a família moçambicana”. Entende-se, que a efetiva concretização desse objetivo está dependente da adoção de medidas de política comercial capazes de proteger o crescimento

sustentável dos empreendimentos do setor avícola nacional e reduzir a disputa prevalente entre a produção interna e importações de frango congelado.

#### **4.2 As Potencialidades e Autossuficiência do Setor**

Na dimensão que focaliza as potencialidades e autossuficiência do setor, intentava-se expor o potencial que o país detém na agropecuária para estruturar a produção de frango de corte, sobretudo, pela via do aproveitamento das condições internas para produzir os cereais essenciais que são utilizados como matérias-primas principais para o fabrico da ração alimentar para o frango.

Moçambique é um país com uma extensão territorial que oferece potencialidades elevadas para a prática de atividades da agropecuária. Essa realidade caracteriza-se pela existência de 36 milhões de hectares de terra arável para a prática de agricultura e criação de animais. Não obstante, considerado o rácio entre os níveis de produção interna e a demanda real do mercado nacional, o país se caracteriza como grande importador de produtos alimentares primários como é o caso de trigo, milho, arroz, animais vivos e carnes com destaque para a de frango (NICOLAU, BORGES e SOUZA, 2011, p. 184-185).

Oliveira Pivoto, Spanhol e Corte (2015, p. 208) argumentam que caso fosse assegurado o aproveitamento integral do potencial do setor avícola nacional (caracterizado pela existência de 20% de produtores de média escala, 70% de produtores de pequena escala, e 10% de empresas de produção em grande escala), possibilitaria o surgimento de oportunidades singulares capazes de elevar os níveis de produção e produtividade nessa indústria. A efetiva exploração do referido potencial permitiria ampliar as chances de disponibilidade de grãos e desenvolvimento da atividade avícola no geral e com efeitos positivos na competitividade do setor.

Entende-se que a disponibilidade de matéria-prima para a operação do setor de produção de carne de frango de corte combinada com a adoção de medidas de proteção comercial eficazes pode fomentar a competitividade do mesmo e seu crescimento sustentável, uma vez que estariam presentes as condições favoráveis para o seu rápido desenvolvimento. Sendo assim, tal situação seria propulsora da geração de ganhos de escala e autossuficiência ao nível do setor de carne de frango.

Seguindo essa linha de entendimento, o aproveitamento efetivo das potencialidades existentes possibilitaria o enfrentamento do desafio da redução significativa das importações, proporcionando a elevação das exportações para o mercado regional e internacional. Conforme o INE (2018) de Moçambique, houve um decréscimo das exportações de 8,2% a partir de 2011 passando de USD 5,46 Bilhões para USD 3,93 Bilhões em 2016, e tendência de agravamento em 2018, com maior destaque para os produtos alimentares primários de consumo das famílias. O que se pode compreender, é que com o registro de redução das importações e aumento das exportações, os saldos negativos alcançados em 2018 na balança comercial situados na ordem dos USD 405,5 milhões contra os USD 3,06 milhões registrados no ano de 2017, não alcançariam as cifras aqui descritas.

E atentando ao fato de Moçambique registrar um saldo negativo na sua balança comercial, era suposto que o conjunto de medidas inerentes à política comercial fossem

aplicadas objetivando a inversão do cenário que se vivencia atualmente. Em outras palavras, a busca de equilíbrio na balança comercial, proporcionaria um crescimento econômico do país, na medida que a cadeia de valor que integra a produção da carne de frango envolve a utilização de cereais que podem ser produzidos na agricultura realizada pelas comunidades.

Com o potencial detido pelo país é de se esperar que ele jogue um papel importante na cadeia de valores do setor avícola dinamizando outros setores correlatos assim como na vida das comunidades em todo o território nacional. Espera-se que ele favoreça a ampliação da capacidade dos produtores nacionais para concorrerem com a produção que é atualmente importada (nota-se que a demanda de consumo do mercado interno cerca de 31% em 2016 com redução para 28% em 2019, é ainda coberta pelas importações). Encaradas dessa forma, as potencialidades descritas podem beneficiar rapidamente a retirada da proteína da carne de frango da pauta de produtos que são frequentemente importados para a suprir as necessidades de comercialização do frango no território nacional.

Importa ressaltar, que o crescimento da produção de frango como evidenciado gera, um aumento também na demanda pela ração e, conseqüentemente, a demanda pela ração impele a disponibilidade ou produção de milho e soja no mercado interno. Esses cereais são essenciais para o segmento da produção avícola, pois, se impõem como as principais matérias-primas utilizadas para a produção da ração que é o alimento principal das aves. Entretanto, o milho e a soja fazem parte dos produtos alimentares aos quais Moçambique ainda não se tornou autossuficiente, e fomentar o incremento dos níveis atuais de sua produção se afigura como fator gerador de oportunidades tanto para produtores em particular quanto para o país no geral (JANEQUE, COSTA e SANTANA, 2021).

É sabido que 60% do custo de um frango provém do custeio da ração balanceada e seu fabrico demanda quantidades significativas de grãos como o milho e a soja. Por conta disso, pode-se entender que o alcance da autossuficiência na produção dessas matérias-primas revela-se como um fator de sucesso na estruturação do setor de produção de carne frango. A disponibilidade de grãos contribui grandemente para uma boa operação dos empreendimentos no setor. A expansão de seu cultivo pode se mostrar eficiente para responder à procura na cadeia produtiva avícola, além de influenciar a melhoria da estrutura da economia nacional, tendo em conta que a agricultura é o setor principal da economia em Moçambique.

Considerando o histórico do país que mostra que mais de 70% da população atua na agricultura aliado ao fato desse setor juntamente com outros como de pecuária, caça, silvicultura, atividades relacionadas e pesca, serem responsáveis conforme Janeque, Costa e Santana (2021) por cerca de 22,5% do Produto Interno Bruto (PIB), é lícito afirmar-se que existem condições favoráveis para a produção dessas matérias-primas internamente.

Finalmente, como efeito positivo, entende-se que a produção pode gerar estímulos expansionistas igualmente em outros segmentos da cadeia da avicultura e engendrar oportunidades singulares de outros negócios derivados da utilização desses insumos.

### 4.3 As Medidas Adotadas e a Competitividade do Frango Nacional

A dimensão referente às medidas adotadas e a competitividade do frango nacional buscou expor a ideia relativa à importância de Moçambique procurar proteger seus setores menos competitivos internacionalmente, com enfoque para o da produção de carne de frango. Isso deve ocorrer com o intuito de se reduzir a concorrência desleal e evitar que o setor seja dominado pelos produtos importados de outros mercados.

Já foi sublinhado que a participação da produção nacional no comércio interno está em crescimento, porém ela é ainda inferior ao seu potencial. Isso ocorre porque há limitações estruturais na cadeia de produção. Dentre as principais limitações destacam-se as impostas tanto pela entrada de produtos de forma irregular no mercado quanto pela fraca competitividade do setor de frango de corte, que em conjunto, impedem o avanço rápido de seu desenvolvimento, situação que retarda a criação de novos produtos derivados e melhoria da satisfação das preferências dos consumidores.

Os resultados mostram que em Moçambique existem medidas governamentais que configuram a política comercial, adotada no intuito de favorecer os investimentos internos no setor avícola. Conforme o Ministério de Indústria e Comércio (MIC), tais medidas incidem essencialmente na aplicação de quotas de importação. Rodrigues e Tonelli (2011) mencionam que as quotas são medidas de política comercial que se estabelecem como o mecanismo principal de barreira implementado para limitar a entrada de produtos importados que são similarmente produzidos internamente.

Elas representam uma restrição direta no que se refere à quantidade permitida para a importação de determinada mercadoria obrigando o país importador a criar um controle que geralmente é feito por meio de emissão de licença de importação. Normalmente, como salientado por Corrêa, Gomes e Lima (2015) a imposição de quotas eleva os custos de transação do bem ao qual a mesma está relacionada, fazendo com que a importação deste produto se torne menos atraente.

O que se compreende a partir dessa visão, é que no setor de carne de frango em Moçambique as quotas não têm ajudado a proteger os esforços da indústria nacional e não asseguram efetivamente a coleta de receitas por parte do Estado. Constatou-se, que a produção e comercialização da proteína de carne de frango operam em um contexto de importações alcançando o índice de 28%, e são acompanhadas pela ocorrência de práticas de contrabando (SIMBINE, 2020).

Os resultados indicam que, por um lado, a prática de contrabando de vários produtos no território nacional incluindo o frango correspondeu a 38,9% da quantidade de importações efetuadas entre os anos de 2013 a 2016. O contrabando é realizado majoritariamente a partir de países vizinhos (África do Sul e Malawi) para o mercado nacional (no global o rácio médio de contrabando em relação ao Produto Interno Bruto – PIB nos últimos anos foi de 10.5%, MUENDANE, 2020).

Por outro lado, importa salientar que existe uma elevada quantidade de carne de frango que é importada e comercializada no mercado nacional. Os resultados do CONTRADE referentes ao comércio internacional e evidenciados por Oppewal Cruz e Nhabinde (2016) sugerem disparidades importantes no setor. Eles mostram que em alguns anos como o de

2015, é possível verificar uma diferença de 120%, entre a quantidade de frango registrada como importada para Moçambique e a quantidade registrada como exportada dos países de origem para o mercado nacional. Tal fato sugere que os volumes de importação da proteína de carne de frango seriam mais elevados do que os índices difundidos pelos entes governamentais do MIC.

Em conjunto, esses fenômenos (os índices elevados de contrabando e de importação da proteína de carne de frango) tendem a gerar implicações negativas diretas nas perdas em termos de receitas fiscais para o Estado assim como para a competitividade da produção realizada internamente.

Face à realidade descrita anteriormente, percebe-se que por meio do uso das barreiras à importação da carne de frango pode-se beneficiar sobremaneira a produção nacional e garantir a sustentação dos investimentos que têm sido realizados nos últimos tempos na economia nacional. Pelo que, adotar na realidade moçambicana medidas que configuram proteção como fundamento para promover a indústria nacional de frango de corte pode operar como incentivo para que esse panorama que caracteriza o setor seja modificado a médio prazo. Isso se justificaria dado que se trata de um setor que convive com custos elevados e dificuldades para competir com países já tradicionais no setor, sendo por isso procedente pensar na aplicação de medidas tarifárias e não-tarifárias.

Não se trata de utilização indiscriminada da proteção com prejuízo das transações. E tal posicionamento não seria inédito, uma vez que seguiria algumas práticas que têm sido há muito adotadas por vários países do mundo inteiro para incrementar a sua produção nacional (CORRÊA, GOMES e LIMA, 2015). E como refere Mancini (2010), o Brasil é o país mais protecionista do G-20 e tem políticas comerciais restritivas, ao mesmo tempo que a Índia solicitou proteção para o setor de agricultura e, em particular, para o arroz, visando ganhos com sua potencialidade, sendo que os EUA fizeram fracassar muitas rodadas de negociações da OMC por persistirem na adoção de subsídios a agricultura, que é também uma das suas maiores potencialidades.

O que se compreende é que a aplicação de barreiras no setor de carne de frango não é atualmente acompanhada por ganhos de competitividade do produto nacional. Aliás, já foi evidenciado na seção anterior que isso ocorre como destacado por Agostinho (2010) e Oliveira, Pivoto, Spanhol e Corte (2015) devido a uma combinação de fatores diversos, com destaque para os custos e desenvolvimento de produtos, a falta de tecnologia acessível para pequenos produtores, a fraca capacidade de produção de insumos dentro da cadeia de valor da produção de frango, elevados índices de importação, entre outros.

Essa situação sinaliza a existência de um elevado percentual de carne de frango que entra para o mercado moçambicano sem registro das autoridades alfandegárias. E a sua comercialização no mercado repercute diretamente na concorrência com o produto produzido localmente, pois, o frango não foi tributado. Com a entrada ilegal de frango há registro de perda de potencial de coleta de receitas fiscais para o Estado, e a carne de frango implicada no contrabando é vendida a preços baixos comparativamente aos praticados no mercado nacional, promovendo assim uma concorrência desleal ao produto nacional.

Além disso, as medidas de proteção do mercado que têm sido adotadas mostram-se insuficientes para assegurar, uma defesa efetiva da indústria como é o desejado pelos produtores nacionais. Em contrapartida, ao invés das quotas inibirem as importações elas produzem um efeito contrário, provocando a retração dos investimentos, contraindo significativamente o papel do setor da carne de frango no crescimento econômico do país. Como mencionado por Simbine (2020), o que se tem, é que ao ser afetado pelo contrabando na importação dessa proteína, tal problema acaba se constituindo num grande constrangimento para os produtores locais, configurando-se desta feita como um fator crítico para a consolidação da indústria nacional e sustentação do conjunto de investimentos que são realizados internamente no setor avícola.

Ademais, além de implicar na redução da lucratividade das empresas nacionais, a conjuntura prevalecente no setor não tem proporcionado as condições necessárias para que a médio prazo os produtores possam buscar novos mercados, acabando mesmo por condicionar o crescimento da capacidade produtiva da indústria doméstica, visto que reduz sobremaneira os níveis de retorno esperados. Logo, ela contribui para o retardamento do pretendido aumento da produção interna e, por via disso para que ocorra uma significativa e efetiva substituição das importações daquela proteína.

O entendimento que se tem é de que é fundamental que ao nível governamental se opte pelo escalonamento tarifário de restrição ao acesso ao mercado nacional. Considerando que ele é composto por dois níveis de tarifa, entende-se que por meio dele ter-se-ia uma situação em que, até um certo volume limitado de importação, seria cobrada uma certa tarifa, e após esse contingente as importações adicionais sofreriam uma segunda e mais alta tarifa. Nessa linha, a tarifa mais alta tornaria as importações menos lucrativas e à medida que se atingisse esse estágio, a quota tarifária funcionaria como uma quota pura de importação. Sendo assim, a decisão pelo contrabando de frango não seria a opção única, pois, o agente importador que se acha com mercado, aceitaria pagar mais caro, mas importando de forma segura até ao nível em que a sua margem de lucro o justificasse.

A ideia é que a política de proteção permita reduzir a “enchente” no mercado nacional de produtos do setor de carne de frango que são muitas vezes importados, potenciando desta feita o desafio da superação da produção local para fazer face às necessidades de consumo interno. Nessa ordem, desestímulo à importação dessa proteína alimentar influenciaria o aumento da produção pela indústria nacional o que possibilitaria, que a cifra de aproximadamente 27% que ainda é coberta pelo frango importado e correspondente à necessidade de consumo interno, fosse de forma gradual reduzida. Isso significa que, com o potencial que detêm, o uso de medidas estruturadas de quotas comerciais poderia impulsionar a produção interna de carne de frango até a um estágio em que Moçambique não mais dependeria de importações desse produto para o seu mercado.

Enfim, por meio desse tipo de medidas os produtores locais de carne de frango que concorrem com o produto importado, aplicariam preços mais ajustados à realidade do mercado como resultado da diminuição do excedente que tende a intensificar a concorrência desleal, trazendo vantagens para o consumidor uma vez que possibilitaria a aquisição de produtos com qualidade, frescos e com certificação. Para indústria, facultaria a sustentabilidade dos investimentos e desenvolvimento ainda mais rápido do setor. Agindo



assim a política comercial proporcionaria uma oportunidade singular para que a maior parte da quantidade de frango demanda atualmente no país fosse produzida internamente.

## 5. Considerações Finais

O estudo teve como foco refletir sobre o uso de medidas da política comercial como mecanismo visando o aumento da produção no setor de carne de frango em Moçambique. A quota de importação é a política comercial principal utilizada pelo governo para controlar as quantidades de carne de frango que são importadas para o mercado nacional.

A política comercial é muito importante para todos os países uma vez que no contexto de criação de relações comerciais globais entre as diferentes nações ela tem servido para assegurar que a participação no comércio internacional proporcione benefícios para a economia doméstica ao mesmo tempo que garante a proteção das indústrias. É também fundamental para promover maior competitividade, disponibilidade e variedade de produtos para os consumidores e ainda levar a uma melhoria dos produtos e processos via competição.

Como a indústria de produção de proteína de carne de frango é ainda recente em Moçambique, torna-se necessário não só garantir a sua boa regulação, mas também que os diferentes atores do setor atuem tendo em vista o seu efetivo desenvolvimento e aprimoramento face aos desafios que a ele se impõem atualmente. Com o propósito de refletir sobre o conjunto de medidas em curso no país foram consideradas três dimensões analíticas nomeadamente: a capacidade de produção de carne de frango, as potencialidades e autossuficiência do setor; e por fim as medidas de política comercial e competitividade.

Os resultados obtidos mostram que, por um lado, apesar das condições organizacionais nas quais opera o setor de produção da carne de frango em Moçambique, aliadas à conjuntura institucional favorável ao incentivo e estabelecimento de novos projetos terem contribuído para gerar um crescimento significativo da produção de carne de frango no período de 2010 a 2020, elas são ainda incapazes de assegurar a satisfação da demanda do mercado interno. Isso faz com que o país recorra frequentemente às importações para cobrir o défice prevalente na oferta interna.

Por outro lado, ao longo dos anos mencionados, as potencialidades existentes para a produção de grãos que se constituem como matéria-prima importante para a produção da ração têm sido insuficientemente exploradas. De contrário, elas contribuiriam notavelmente para engendrar a necessária autossuficiência, sobretudo dos insumos alimentares o que melhoraria a competitividade do sector de carne de frango nacional. Somado a isso, o aproveitamento do potencial existente ao nível nacional para o cultivo de grãos, reforçaria a consolidação das indústrias mais antigas e estabilizaria as recentemente criadas a partir de 2013, cuja manutenção no mercado se afigura essencial para o aumentando da produção e produtividade interna da carne de frango.

Não menos relevante de se ressaltar é o fato de em seu funcionamento, o setor ressentir-se da ausência de uma sólida e eficiente estruturação da cadeia produtiva que beneficiaria o surgimento de novas oportunidades de negócio e de crescimento da economia. As quotas aplicadas como medidas de politica comercial tendem a possuir um

comportamento adverso à proteção da indústria local pelo surgimento de contrabando e concorrência desleal no setor de carne de frango, limitando tanto as receitas fiscais quanto o rápido crescimento e consolidação da indústria que acarreta custos de produção altos e sem ganhos de competitividade do produto nacional.

De uma forma geral, pode-se concluir que o discurso veiculado na abordagem política o que se pretende operacionalizar ao nível do ministério responsável pelo setor de indústria e comércio, relacionado às barreiras comerciais aplicadas pelo governo moçambicano não têm funcionado efetivamente para beneficiar o desenvolvimento eficaz do setor de produção de proteína de carne de frango. Acredita-se que direcionar os esforços visando políticas governamentais para a adoção de soluções em termos de medidas de política associadas a uma ligação inter-industrial entre as três regiões (sul, centro e norte) do país, poderia ajudar na substituição das importações.

Portanto é fundamental que os esforços sejam articulados com medidas e ações capazes de promover, por exemplo, o surgimento de mais fábricas de ração, a produção de milho e soja nas regiões centro e norte do país com maiores potencialidades agroecológicas, reduzindo a importação desses grãos que se constituem em matéria-prima fundamental para a produção da ração.

Pesquisas futuras deverão ocupar-se da avaliação sobre o acesso do frango nacional aos mercados do comércio internacional considerando aspetos ainda não explorados na literatura nacional, tais como a cadeia da carne de frango, suas tensões, desafios e oportunidades para países em desenvolvimento como Moçambique, ao mesmo tempo que, numa perspetiva de vantagens comparativas, se poderá entender as dificuldades que se assistem para os produtores nacionais e, em oposição, a facilidade que leva revendedores internos a optarem ainda pela aquisição de frango importado em detrimento do nacional.

## Referências

ABREU, A. de Sector informal, microfinanças e empresariado nacional em Moçambique, **Cadernos de Estudos Africanos**, v. 11, n. 12, p. 39-54, 2007.

AGOSTINHO, K. **Análise da competitividade do sector avícola em Moçambique de 2000 a 2009**. Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Mozambique, 2010. Acessado em 09 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/396>

ASSIS B.; OLIVEIRA, K.; CARVALHO, P. o regime multilateral de comércio internacional: crise e acordos preferenciais de comércio. **Revista Conjuntura Global**, v. 7, n. 1, p. 36-54, 2018.

BAH, E.; GAJIGO, O. Improving the Poultry Value Chain in Mozambique Working Paper Series, n° 309, Afrin Development Bank Group, Abidjan, Côte d'Ivoire, 2019. Acessado em 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://www.afdb.org/en/documents/document/working-paper-309-improving-the-poultry-value-chain-in-mozambique-107968>

BANCO MUNDIAL. Country partnership framework 2017-2021. Maputo: [s.n.]. Acessado em 03 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://elibrary.worldbank.org/doi/pdf/10.1596/1813-9450-5814>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

CAMPOS, L. Análise das barreiras comerciais sobre a inserção da agricultura paranaense no mercado externo: reflexos da crise internacional de 2008. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e do Agronegócio apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2013. Acessado em 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://tede.unioeste.br/handle/tede/2140>

CORRÊA, C.; GOMES, M.; LIMA, J. Medidas técnicas ao comércio internacional: facilitadoras de comércio ou barreiras não tarifárias? **Política Externa**, v. 24, n. 1, p. 147-159, 2015.

D'ELIA, M.; ZOUAIN, D. Superação das barreiras técnicas ao comércio internacional pelas pequenas e médias empresas de base tecnológica – a exportação de produtos eletrodomésticos para a união Europeia. **Revista de Administração e Inovação**, v. 5, n. 1, p. 5-19, 2008.

FAO. Poultry Sector Mozambique. FAO Animal Production and Health Livestock Country Reviews. n° 5. Rome, 2013. Acessado em 06 de junho de 2019. <http://www.fao.org/3/i3487e/i3487e.pdf>

FEIL, M. Cadeia produtiva avícola: análise das barreiras comerciais à exportação. Dissertação de Mestrado e Agronegócio apresentada à Universidade Federal da Grande Dourados. Acessado em 16 de fevereiro de 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1367/1/MarliAguirreArandaFeil.pdf>

GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. Atlas Editora: São Paulo, 6ª Edição, 2008.

HOLANDA FILHO, S. Livre Comércio versus Protecionismo: uma antiga controvérsia e suas novas feições. **Estudos Econômicos**, v. 28, n. 1, p. 33-75, 1998.

INE. Resultados definitivos do IV CENSO 2017. Instituto Nacional de Estatística: Maputo, abril, 2018.

INE. Síntese da Conjuntura Económica de Moçambique. Instituto Nacional de Estatística: Maputo, 2018.

JANEQUE, R.; COSTA, N.; SANTANA, A. Cultivo de soja no continente africano: evidências contemporâneas baseadas em produtores moçambicanos. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 2, e217894, 2021.

JUNIOR, C., *et al.* A cadeia da carne de frango: tensões, desafios e oportunidades. **BNDES Setorial**, n. 26, p. 191-232, set. 2007.

MANCINI, C. O esforço do setor agrícola para influenciar a agenda brasileira na rodada Doha. **Revista Administração em Diálogo**, v. 14, n. 1, p. 135-161, 2010.

MORÃO, I. Barreiras ao Comércio e Políticas de Substituição de Importações: o caso de Angola. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Portucalense. Acessado em 13 de março de 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/687>.

MOZZATO, A.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 2011.

MUENDANE, A. Implicações económicas do contrabando em Moçambique: 2006-2016. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade, 2020. Acessado em março de 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/216148>

NICOLAU, Q.; BORGES, A.; SOUZA, J. Cadeia produtiva avícola de corte de Moçambique: caracterização e competitividade. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 34, n. 1, p. 182-198, 2011.

OLIVEIRA, C.; PIVOTO, D.; SPANHOL, C.; CORTE, V. Developments and competitiveness of Mozambican chicken meat industry. **Revista de Administração IMED**, v. 5, n. 2, p. 205-216, 2015.

OPPEWAL, J.; CRUZ, A.; NHABINDE, V. Estudo sectorial: cadeia de valor do frango em Moçambique. Ministério da Economia e Finanças: Maputo, 2016. Acessado em janeiro de 13 de 2019. Disponível em: <https://www.theigc.org/wp-content/uploads/2017/05/IGC-MEF-Estudo-Avicultura-Final.pdf>

RIZZOTTO, A.; AZEVEDO, A. Rodada Doha e a possível redução de barreiras tarifárias e não tarifárias: uma estimativa dos benefícios para o Brasil por meio do modelo de equilíbrio geral computável. **Revista de Economia Contemporânea**, n. 23, v. 3, p. 1-26, 2019.

RODRIGUES, E.; TONELLI, Â. Análise das barreiras não-tarifárias usadas pelos principais compradores de carne de frango brasileira. **Revista de la Facultad de Ciencias Económicas**, n. 7, p. 83-103, 2011.

SIMBINE, R. Barreiras comerciais e investimentos no sector de avicultura em Moçambique: um estudo baseado na empresa Tongasse Agropecuária. Dissertação de

Mestrado apresentada ao Instituto Superior de Gestão e Empreendedorismo Gwaza-Muthini, Maputo, 2020. Acessado em 13 de fevereiro de 2020.

SCHMIDT, N.; SILVA, C. Pesquisa e desenvolvimento na cadeia produtiva de frangos de corte no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 3, p. 467-482, 2018.

VIEGAS, I. Impactos das barreiras comerciais dos estados unidos e união europeia sobre a pauta de estado de São Paulo-Brasil. Dissertação de Mestrado à Escola Superior de Agricultura da Universidade de São Paulo, Brasil, 2003. Acessado em 14 de fevereiro de 2020.